

Ata da Sétima Sessão Ordinária, do Quarto ano da Décima Quarta Legislatura da Câmara Municipal de Jaguariúna, realizada aos três de abril de dois mil e doze, às dezenove e trinta horas, na Sala das Sessões “Vereador Reynaldo Chiavegato”, da Câmara Municipal, localizada no Edifício Municipal Dr. Sebastião Paes de Almeida, desta cidade. Presidente Sr. Antonio Mauricio Cordeiro Hossri. Vice-Presidente Sr. Fábio Augusto Pina. Secretários Srs. Rubens das Virgens e Alfredo Chiavegato Neto. Primeiramente, foi feita a Leitura de Texto Bíblico, conforme Resolução n.º 80, de 21 de fevereiro de 1997, sendo que o Sr. Presidente proferiu o seguinte texto: Salmo 103(104):“Bendiga ao Senhor, ó minha alma! Senhor, meu Deus, como és grande! Vestido de esplendor e majestade, envolto em luz como num manto, estendendo os céus como tenda. Assentaste a terra sobre suas bases, inabalável para sempre e eternamente. Cobriste a terra com o manto do oceano, e as águas pousaram por cima das montanhas. Tu fazes brotar fontes de água pelos vales, e elas correm por entre as montanhas. Dão de beber a todas as feras do campo, e os asnos selvagens aí matam a sede. Junto a elas se abrigam as aves do céu, desferindo seu canto por entre a folhagem. De tuas altas moradas regas os montes, e a terra se sacia com tua obra fecunda. Tu fazes brotar relva para o rebanho, e plantas úteis para o homem. Dos campos ele tira o pão, e o vinho que alegra seu coração; o azeite, que dá brilho ao seu rosto, e o alimento, que lhe dá forças. Como são numerosas as tuas obras, Senhor! A todas fizeste com sabedoria. A terra está repleta das tuas criaturas. Que os pecadores desapareçam da terra, e os injustos nunca mais existam. Bendiga ao Senhor, ó minha alma! Aleluia!” A seguir, o Sr. Presidente determinou a feitura da chamada, onde foi anotada a presença dos seguintes Srs. Vereadores: Airton Braulino Jorge, Alfredo Chiavegato Neto, Antonio Mauricio Cordeiro Hossri, Edison Cardoso de Sá, Fábio Augusto Pina, Karina Valéria Rodrigues, Maria Nalva Vieira Gama, Rainero Venturini e Rubens das Virgens. Encontrava-se em licença de Vereador, conforme o Art. 311, V, do Regimento Interno, combinado com o Art. 22, II, “a” da Lei Orgânica do Município, a Senhora Rita de Cássia Siste Bergamasco. Constatando número regimental, o Sr. Presidente, proferindo as seguintes palavras: “Sob a proteção de Deus iniciamos os nossos trabalhos”, declarou aberta a Sessão, dando início ao Expediente: primeiramente, foi colocada em votação a Ata da Sessão Ordinária anterior, a qual foi aprovada por unanimidade de votos pelo Plenário e assinada pela Mesa. A seguir, o Sr. Presidente determinou a leitura da Matéria Constante do Expediente: primeiramente, o Sr. Edison Cardoso de Sá pediu a palavra apresentando requerimento verbal, baseado no Art. 213, II do Regimento Interno solicitando

que fosse dispensada a leitura da matéria oriunda do Senhor Prefeito, dos Requerimentos, das Indicações e das Moções dos Senhores Vereadores, bem como das correspondências de diversos, lendo-se apenas as ementas, como constavam na pauta; em discussão e votação o requerimento, foi o mesmo aprovado por unanimidade de votos. A seguir, do Senhor Prefeito foram lidas as ementas dos seguintes ofícios: 1. Ofício DER nº 027/2012, encaminhando a Casa Projeto de Lei que dá nova redação ao caput do art. 37, da Lei nº 1.313/2001, que dispõe sobre a Política Municipal de Atendimento dos Direitos da Criança e do Adolescente, e dá outras providências, depois de lido, foi o referido projeto de lei, encaminhado para as Comissões Permanentes para parecer; 2. Ofício SEGOV nº 088/2012 acusando o recebimento das Indicações nºs 050, 051/2012 da Sra. Karina Valéria Rodrigues; 044, 045, 046 e 047/2012 do Sr. Rubens das Virgens; 052; 053; 054; 055 e 057/2012 do Sr. Antonio Mauricio Cordeiro Hossri; 048, 049/2012 do Sr. Edison Cardoso de Sá e 056/2012 do Sr. Airton Braulino Jorge; 3. Ofício SEGOV nº 089/2012 acusando o recebimento do Requerimento nº 023/2012, do Antonio Mauricio Cordeiro Hossri solicitando informações referentes ao Posto de Atendimento do Médico do Trabalho; 4. Ofício SEGOV nº 090/2012 acusando o recebimento do Requerimento nº 024/2012 do Sr. Antonio Mauricio Cordeiro Hossri solicitando informações referentes à Secretaria de Esportes; 5. Ofício SEGOV nº 091/2012 acusando o recebimento do Requerimento nº 22/2012 do Sr. Airton Braulino Jorge solicitando informações dos motivos da falta de medicamentos – Artrolive e Labirin no Posto de Saúde do Fontanella; 6. Ofício SEGOV nº 092/2012 acusando o recebimento das Indicações nºs 063; 064; 065 e 066/2012 da Sra. Maria Nalva Vieira Gama; 062/2012 do Sr. Rubens das Virgens; 058, 067 e 068/2012 do Sr. Antonio Mauricio Cordeiro Hossri; 060 e 061/2012 do Sr. Airton Braulino Jorge e 059/2012 do Sr. Rainero Venturini; 7. Ofício SEGOV nº 093/2012 acusando o recebimento do Requerimento nº 025/2012 do Sr. Antonio Mauricio Cordeiro Hossri solicitando informações sobre gastos detalhados com o Carnaval 2012; 8. Ofício SEGOV nº 094/2012 acusando o recebimento do Requerimento nº 026/2012 do Sr. Antonio Mauricio Cordeiro Hossri solicitando informações sobre aumento salarial dos funcionários públicos. A seguir, dos Senhores Vereadores foram lidas as ementas das seguintes proposituras: Requerimentos: 1. Do Sr. Rainero Venturini solicitando à Renovias Concessionárias S/A para que aquela Concessionária dê autonomia à Municipalidade para conservação dos acessos da Rodovia SP-340 ao Município;(com cópia para o Sr. Prefeito Municipal); 2. Do Sr. Rubens das Virgens solicitando ao Executivo Municipal informar porque até o momento

não foi construída uma quadra de esportes para atender o Jardim Europa e adjacências, conforme sugerido na Indicação nº 349/2011; 3. Do Sr. Alfredo Chiavegato Neto solicitando ao Executivo Municipal informar a esta Casa de Leis quando foi feito o último depósito do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS nas contas específicas dos servidores públicos municipais; 4. Do Sr. Alfredo Chiavegato Neto solicitando à Mesa da Câmara Municipal para que, na eventualidade de entrar nesta Casa, para discussão, o Projeto de Lei visando a implantação de Novo Regime de Trabalho do Servidor Público Municipal de Jaguariúna e Sistema Previdenciário, possa realizar, antes da discussão em Plenário, um Plebiscito junto a todos os funcionários para saber da opinião de cada um deles; 5. Do Sr. Antonio Mauricio Cordeiro Hossri solicitando ao Comandante da Polícia Militar informações do motivo da PM não realizar mais ronda escolar no Município, entre outra questão. Indicações: 1. Do Sr. Rubens das Virgens solicitando ao Executivo Municipal realizar operação tapa buracos na esquina das ruas Cândido Bueno com XV de Novembro, em frente da empresa Jaguar Plásticos; 2. Do Sr. Rubens das Virgens solicitando ao Executivo Municipal colocação de lixeira (container) na Praça Lídia Pompeu Paizam, próximo da esquina com a Rua 2, no Bairro Arco Íris; 3. Da Sra. Karina Valéria Rodrigues solicitando ao Executivo Municipal instalação de ventiladores na sala de espera do Departamento de Odontologia, do centro da Cidade; 4. Do Sr. Rubens das Virgens solicitando ao Executivo Municipal reparos nos brinquedos e colocação de areia no parque do Loteamento Santo Antonio do Jardim; 5. Do Sr. Rubens das Virgens solicitando ao Executivo Municipal instalação de para-raios em pontos específicos no Loteamento Terras da Capela de Santo Antonio; 6. Do Sr. Rubens das Virgens solicitando ao Executivo Municipal a dedetização dos bueiros do Jardim Europa e adjacências; 7. Do Sr. Rubens das Virgens solicitando ao Executivo Municipal limpeza do terreno de propriedade da Prefeitura Municipal, onde está instalada a caixa d' água, bem como conserto do alambrado, no Loteamento Terras da Capela de Santo Antonio; 8. Do Sr. Antonio Mauricio Cordeiro Hossri solicitando ao Executivo Municipal trocar e fazer manutenção nos bancos de madeira da Praça Umbelina Bueno; 9. Do Sr. Antonio Mauricio Cordeiro Hossri solicitando ao Executivo Municipal que ao denominar Escola, ou qualquer outra repartição pública destinada à Educação, ou mesmo ruas e/ou logradouros públicos, se lembre do nome da Sra. “Adna Hossri Faria”; 10. Do Sr. Antonio Mauricio Cordeiro Hossri solicitando ao Executivo Municipal repintura das faixas de sinalização em toda extensão da Avenida Marginal, centro e bairros da cidade; 11. Da Sra. Maria Nalva Vieira

Gama solicitando ao Executivo Municipal reparos no asfalto da rua Gildo Bassani, próximo ao número 296, no Bairro Florianópolis; 12. Da Sra. Maria Nalva Viera Gama solicitando ao Executivo Municipal manutenção geral do Parque dos Lagos I e II. Moções: 1. Do Sr. Rainero Venturini de pesar pelo passamento do Sr. Edgar Manoel Dias, ocorrido em 24 de março do corrente, aos 79 anos, nesta cidade; 2. Da Sra. Karina Valéria Rodrigues de congratulações e louvor à inauguração do restauro do Prédio da Antiga Estação Ferroviária, no bairro de Guedes, acontecida no último dia 23 de março do corrente ano; 3. Do Sr. Fábio Augusto Pina de pesar pelo passamento do Sr. José Marcos Rodrigues dos Santos – o Marcão, ocorrido nesta cidade, em 26 de março do corrente, aos 57 anos de idade. A seguir, foram lidas as ementas das seguintes correspondências de Diversos: 1. Comunicado nº 000844/MS/SE/FNS do Fundo Nacional de Saúde sobre liberação de verba ao Município no valor de R\$ 25.000,00; 2. Comunicado nº 000407/MS/SE/FNS do Fundo Nacional de Saúde sobre liberação de verba ao Município no valor de R\$ 20.276,10; 3. Comunicado nº 000394/MS/SE/FNS do Fundo Nacional de Saúde sobre liberação de verba ao Município no valor de R\$ 24.997,84; 4. Comunicado nº CM013258/2012 do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação sobre liberação de verba ao Município no valor de R\$ 270.274,89; 5. Ofício CT R* AC/PL 0074/2012 do Gerente Regional da Telefônica – VIVO dando resposta ao Requerimento nº 015/2012 do Sr. Rainero Venturini solicitando à ANATEL – Agência Nacional de Telecomunicações entendimentos junto à TELEFONICA visando a melhoria dos serviços de telefonia prestados no Município de Jaguariúna. (com cópia para a Telefônica); 6. Ofício SEOS nº 080/2012 do Secretário Extraordinário de Serviços Urbanos dando resposta a Moção nº 022/2012 do Sr. Antonio Mauricio Cordeiro Hossri de congratulações e louvor à realização Operação Cidade Limpa pela Secretaria de Serviços Urbanos; 7. Ofício GP nº 1427/2012 do Presidente do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo comunicando a realização do 16º Ciclo de Debates com Agentes Políticos e Dirigentes Municipais, dia 19/04/2012 – às 10h00 no Teatro Municipal Teotônio Vilela - Sorocaba/SP, onde serão debatidas as restrições impostas à gestão de recursos pela Lei de Responsabilidade Fiscal – Lei Complementar nº 101/2000; 8. Ofício nº 007/2012 do Presidente da Associação Desportiva Jaguariúna solicitando providências frente aos acontecimentos citados na rede mundial de computadores – FACEBOOK, envolvendo o Vereador Edison Cardoso de Sá e servidores públicos comissionados; 9. Processo nº 03/12 – Finanças e Contabilidade da Câmara Municipal – Balancete da Receita e Despesa da

Câmara Municipal de Jaguariúna, referente ao mês de fevereiro de 2012 – inclui Relatório Resumido da Execução Orçamentária referente ao 1º Bimestre/2012; 10. Processo nº 04/12 – Finanças e Contabilidade da Câmara Municipal – Balancete da Receita e Despesa da Prefeitura Municipal de Jaguariúna, referente ao mês de fevereiro de 2012. A seguir, o Sr. Presidente colocou em votação as seguintes proposituras, comunicando que se houvesse desejo de discussão, deveriam proceder de acordo com o Art. 154, alínea única, do Regimento Interno, alterado pelas Resoluções nºs 63 e 91: 1. Requerimento do Sr. Rainero Venturini solicitando à Renovias Concessionárias S/A para que aquela Concessionária dê autonomia à Municipalidade para conservação dos acessos da Rodovia SP-340 ao Município; (com cópia para o Sr. Prefeito Municipal), em votação, foi o mesmo aprovado por unanimidade de votos; 2. Requerimento do Sr. Rubens das Virgens solicitando ao Executivo Municipal informar porque até o momento não foi construída uma quadra de esportes para atender o Jardim Europa e adjacências, conforme sugerido na Indicação nº 349/2011, em votação, foi o mesmo aprovado por unanimidade de votos; 3. Requerimento do Sr. Alfredo Chiavegato Neto solicitando ao Executivo Municipal informar a esta Casa de Leis quando foi feito o último depósito do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS nas contas específicas dos servidores públicos municipais, em votação, foi o mesmo aprovado por unanimidade de votos; 4. Requerimento do Sr. Alfredo Chiavegato Neto solicitando à Mesa da Câmara Municipal para que, na eventualidade de entrar nesta Casa, para discussão, o Projeto de Lei visando a implantação de Novo Regime de Trabalho do Servidor Público Municipal de Jaguariúna e Sistema Previdenciário, possa realizar, antes da discussão em Plenário, um Plebiscito junto a todos os funcionários para saber da opinião de cada um deles, em votação, foi o mesmo rejeitado por cinco votos contrários dos Srs. Airton Braulino Jorge, Edison Cardoso de Sá, Karina Valéria Rodrigues, Maria Nalva Vieira Gama e Rainero Venturini, sendo três favoráveis dos Srs. Alfredo Chiavegato Neto, Fábio Augusto Pina e Rubens das Virgens; 5. Requerimento do Sr. Antonio Mauricio Cordeiro Hossri solicitando ao Comandante da Polícia Militar informações do motivo da PM não realizar mais ronda escolar no Município, entre outra questão, em votação, foi o mesmo aprovado por unanimidade de votos 6. Moção do Sr. Rainero Venturini de pesar pelo passamento do Sr. Edgar Manoel Dias, ocorrido em 24 de março do corrente, aos 79 anos, nesta cidade, em votação, foi a mesma aprovada por unanimidade de votos; 7. Moção da Sra. Karina Valéria Rodrigues de congratulações e louvor à inauguração do restauro do Prédio da Antiga Estação Ferroviária, no

bairro de Guedes, acontecida no último dia 23 de março do corrente ano, em votação, foi a mesma aprovada por unanimidade de votos; 8. Moção do Sr. Fábio Augusto Pina de pesar pelo passamento do Sr. José Marcos Rodrigues dos Santos – o Marcão, ocorrido nesta cidade, em 26 de março do corrente, aos 57 anos de idade, em votação, foi a mesma aprovada por unanimidade de votos. A seguir, o Sr. Presidente deixou livre a palavra aos senhores Vereadores que quisessem fazer uso por dez minutos, seguindo ordem de inscrição em livro, versando sobre Temas Livres: pela ordem, tomariam a palavra os Srs. Rainero Venturini e Rubens das Virgens, que a passaram; tomou a palavra o Sr. Airton Braulino Jorge que cumprimentou a todos, dizendo que iria começar a sua fala, disse ao Sr. Presidente, que, naquele dia, tinha circulado num jornal, no Jornal de maior circulação na Região, que foi mostrado o ranking das cidades com relação ao Meio Ambiente, e disse do porquê da importância disso, era que o Município recebia o “Selo Verde e Azul”, e a partir do momento que ele recebia este “Selo Verde e Azul” era priorizado recursos advindos do Estado para o Município, e o que tinha sido divulgado, naquele dia, por esse Jornal, infelizmente, a Região Metropolitana de Campinas, das dezenove cidades que compunham a região, infelizmente, só cinco, disse ao Sr. Presidente, conseguiram nota acima de oitenta, e que era preocupante, porque em termos de Região Metropolitana, achava que não se estava dando a devida preocupação com a questão do Meio Ambiente, e por outro lado, Jaguariúna foi classificada em primeiro lugar dentre as dezenove cidades, e dentre as cinco que receberam esse Selo; disse que era importante salientar, também, que neste ranking anterior, semente em Indaiatuba, Americana e Vinhedo, estavam entre as três cidades que atingiram a meta, e que neste ano, Jaguariúna não só atingiu, como ficou classificada em primeiro; disse que ficava ali seu cumprimento, sua saudação, e mostrou uma foto bonita da Cidade estampada ali no Jornal, e mostrar que estava se cuidando deste Meio Ambiente, e nisso ele, também, parabenizava a Câmara Municipal, porque ali todos os Vereadores sempre tinham indicações, requerimentos, projetos, visando essa qualidade de vida no setor ambiental, e a população de Jaguariúna como um todo, que era premiada por conta disso daí; disse ao Sr. Presidente, que para encerrar sua fala, o requerimento do nobre Vereador Alfredo Chiavegato Neto, solicitando esse plebiscito, e que achava que era desnecessário, disse ao Vereador, porque já era um compromisso do Prefeito, com eles, de que iria fazer o plebiscito, já era um compromisso do Prefeito com o Sindicato dizendo que iria ter esse plebiscito, e que iria chamar a memória de todos que estavam ali, que frequentavam, a primeira pessoa a falar em plebiscito dentro da Casa, tinha sido ele, Airton,

quando se levantou esta questão da migração de regime para Estatutário, e estava gravado, aí, foi ele o primeiro Vereador que levantou a possibilidade de se fazer um plebiscito, e lógico, todos tinham concordado, e que achava que era o caminho mais sensato; disse achar que o plebiscito, que ficasse claro, que a Câmara não estava se eximindo da responsabilidade de votar um projeto, mas achava que era uma demonstração de democracia da Casa, e também, do Prefeito, colocar isso, esta decisão, a questionamento dos próprios funcionários, que eram as pessoas mais interessadas nisso aí; disse que só fazia questão de registrar que era importante o plebiscito, era importante, mas era muito importante que os funcionários tivessem o conhecimento detalhado em que eles estavam votando; disse que ele tinha um professor de ortopedia, que toda vez que eles tinham uma dúvida, e iam fazer uma pergunta para ele, ele falava: “ótimo! Ótima pergunta: você vai pesquisar, vai se inteirar e depois o senhor vem, fala para mim e para os seus amigos.” Disse que o professor falava que não se podia aprender as coisas de “orelhada”, de ouvir os outros falarem, tinham que se inteirar, se aprofundar a questão, tomar conhecimento, mesmo, e aí sim, ir para o plebiscito, sabendo no que iria votar, porque a decisão da maioria dos funcionários, tinha certeza, que iria ser a decisão dos Vereadores ali, também; disse ser o que tinha a dizer e desejou boa noite, e agradeceu; a seguir, tomou a palavra o Sr. Alfredo Chiavegato Neto que cumprimentou a todos, dizendo que mais uma vez vinha àquela Tribuna, entristecido com a Casa, porque tinham deixado, mais uma vez de participar de um processo de interesse do Município, e que o plebiscito, como o nobre Vereador mesmo tinha dito, era uma sugestão dele, poderia ser feito pela Casa, ainda mais para legitimar, aquilo que iria ser feito, não pegar como tinha sido feito em outras vezes, pegava-se a urna e corria atrás em Departamentos, para que as pessoas votassem, e era isso que os funcionários tinham medo, ainda mais junto ao Sindicato que não representava toda a classe, e que representava a classe no Município, mas nem todo mundo estava sindicalizado, ou seja, fazia parte do Sindicato, e que acreditava que hoje estava por volta de uns quinze a vinte por cento, só, e que era essa a preocupação deles, que todos os funcionários tivessem acesso a essa votação no Plebiscito; disse esperar que todos votassem, esperava que todos os funcionários, não só os sindicalizados, e que falava isso, porque eles tinham dois sindicalistas na Casa que tinham lutado a vida inteira pela CLT, e que tinha certeza que eles não iam fazer uma coisa dessas, indo contra as origens que eles lutaram há tantos anos; voltou a dizer que o funcionário iria perder, já de primeira instância, o FGTS, que era o Fundo de Garantia por tempo de Serviço, em troca de uma licença prêmio, e que se eles

pegassem o FGTS, que era depositado numa conta que tinham seus devidos rendimentos, no final de cada ano, ele representava um salário a mais nos seus vencimentos, sendo que se fosse trocado por uma licença prêmio, e que o Chico era estatutário, sabia disso, que poderia até ser retirado em descanso, não em pecúnia, já era uma perda muito grande para o funcionalismo; disse que ele esteve participando, não foi convidado, mas esteve nos corredores do Teatro Municipal, participando com o José Preto, que era seu assessor, escutando o técnico da FGV, falar a respeito do sistema estatutário a ser implantado, e para sua indignação, e que para começar quando foi apresentar o projeto para os professores, estava o Plano de Carreira de Embu das Artes, e que nem tinham trocado o nome para Jaguariúna, e que isso tinha sido um pouquinho antes do dia trinta de março, e que tinha ouvido da boca do Secretário de Governo, Sr. Morrinho, que dia trinta de março iria se feito o plebiscito, trinta de março, repetiu, e que isso era na segunda-feira, trinta de março era numa sexta-feira, e que isso numa segunda-feira; disse que o técnico da FGV tinha sido muito bem claro, que só haveria aumento se houvesse recursos no orçamento e que se tivesse um por cento de aumento para o funcionalismo, era um por cento que iria ter de aumento para todo o funcionário, a partir do próximo ano, e que ninguém mais iria subir gradualmente, como era feito antigamente, e outra, todo mundo para subir seria avaliado pelo seu chefe, daquilo que eles tinham falado há muito tempo atrás, ali, que iria ser avaliado pelo chefe, e que todo mundo no final do ano iria se sentar com o chefe, fazer uma avaliação, para ver se o chefe iria promovê-lo a cada ano; disse que era muito preocupante, e frisou, que era muito preocupante; disse que o que o celetista tinha hoje, no Município, estatutário nenhum tinha no país, e que estavam abrindo mão de algo tão grandioso para o funcionalismo, para uma coisa que, no seu ponto de vista, era tudo ilusionismo; disse que iria se criar um fundo, que não sabiam como iria ser gerido, e que se pensassem que precisavam de dez funcionários, em média, para poder pagar um funcionário inativo, pediu para que imaginassem a quantidade que teriam que ter para poder manter esse fundo, e haja visto que a classe de funcionalismo não entrava muitos funcionários no serviço público, por concurso público, eram poucos que entravam a cada ano, e tinham uma margem muito grande de funcionários que se aposentariam em breve, e que isso seria prejudicial ao Município, porque a grande maioria dos Municípios da Região e do Brasil, se eles tinham problemas financeiros, era com o fundo de pensão dos funcionários, e que podiam pegar que todos os Municípios que tinham problemas de caixa, era com o fundo de previdência, e que todos estavam quebrados neste sentido, e que não havia recursos para tudo

isso, e pediu para imaginarem um funcionário que estava entrando no serviço público, que ficava já com problemas de saúde, o fundo teria que mantê-lo para o resto da vida, sendo que se ele fosse da CLT, era um fundo nacional, onde milhares de funcionários estavam entrando no dia a dia no mercado de trabalho, e contribuindo para este fundo, além das empresas, o município; disse que ninguém ganhava com isso, funcionalismo nenhum ganhava com isso, e quem poderia ganhar um pouco com isso era somente a entidade Prefeitura, que deixava de contribuir aos cofres nacionais, o INSS e o Fundo de Garantia; disse que era muito preocupante, e que ele gostaria, com essa votação, que ela não representasse aquilo que eles esperavam, a partir da vinda desse projeto para a Casa, que fosse mais uma vez cinco a três, e que não era possível um negócio desses, ainda mais com dois sindicalistas que estavam na Casa representando os funcionários, e que não dava para entender um negócio desse, do porquê eles estavam querendo correr com isso, e que iria dizer o porquê, e que até o dia sete, agora, era o prazo, que foi esticado até o dia quinze, e que era o prazo para o Município optar, não podia mais ter aumento de funcionário, e nem contratar, nem mandar mais nada, e que não podia aumentar gastos com pessoal seis meses antes da eleição e seis meses depois da eleição, por isso que queriam fazer isso a toque de caixa, já incluído, também, o aumento dos servidores, como uma forma de barganha para se votar esse projeto o mais rápido possível, e que a sorte era que esse projeto era lei complementar, que iria entrar na Casa e ser lido e que iria ser dia sete agora, e, possivelmente, ser votado na outra semana; disse que cabia ao Presidente colocar em pauta ou não, e que não tinha outra forma de entrar em pauta, e que não era por requerimento de urgência, não era por nada, não era por ofício do Prefeito, não era em sessão extraordinária, e que o único que tinha plenos poderes para colocar este projeto para votar era o Presidente da Casa, e que ele tinha certeza que o Mauricinho não faria isso porque ele estava sentindo na pele a pressão junto ao funcionalismo, principalmente, ele que era professor das pessoas indignadas com o projeto e da forma que estava sendo apresentado; disse que a sorte deles, ainda, disse ao Zebra, presente na Assembleia, que representava o funcionalismo, e esperava que se esse plebiscito fosse feito junto ao funcionalismo, que se criasse uma comissão fiscalizadora para acompanhar porque se esperava a lisura do processo, porque desse Governo se esperava tudo, porque para eles qualquer dinheiro, hoje, era muito dinheiro, e falava isso porque não se estava pagando ninguém, e que ele tinha tido a oportunidade de ouvir de alguns funcionários que a empresa Serrano, que era uma parceira do Município, desde agosto ela não recebia aquele subsídio que tinham para pagá-

la, que era a passagem mais barata do Município, desde agosto não recebia, e que estavam devendo um milhão e meio de reais para a Serrano; disse que ficou sabendo, através de funcionários que o procuraram, e que era para pegarem os comprovantes de depósito do FGTS, se não estava lá o comprovante do depósito até outubro, dos funcionários da Câmara estava depositado até janeiro, ele viu, mas dos funcionários da Prefeitura estava até outubro, e pediu para que verificassem, e que isso era porque estava prevendo que, talvez, o processo já iria ser aprovado mesmo, e já não estavam mais depositando o Fundo de Garantia; voltou a dizer, a todos, ao Zebra e aos funcionários que estavam ali presentes, e que sabia que muitos tinham ligado para saber se o projeto iria entrar em pauta, naquele dia, ou não, mas não estava em pauta, e tinha certeza que não iria entrar, e que isso tinha que ser uma discussão para depois da eleição, enfim, esperava que, realmente, os funcionários que tinham interesse participassem junto ao Sindicato e procurassem só verificar da lisura, porque para ele aquele Sindicato não tinha legitimidade nenhuma para poder assumir um compromisso como aquele, haja visto que o Presidente iria ser candidato, e que era um sindicato mais do que “pelego” para ele; disse pensar que, realmente, as pessoas que tinham interesse participassem da lisura do processo e que era isso que pedia, e que eles tinham que se preocupar com os recursos do Município; disse que tinham votado, recentemente, cento e noventa e cinco mil reais para asfaltamento da Avenida Marginal, e que não sabiam se as pessoas tinham visto do transtorno que foi naquele balão na saída de Jaguariúna, e que o de frente ao Hospital não tinham terminado, ainda; cento e noventa e cinco mil reais para reformar dois balões, e que poderiam ter pego aquele dinheiro e ter tampado os buracos da Cidade inteira, e que tinha uma empresa de Holambra que ganhou a licitação, fez o serviço, mas não terminou, e que aquele outro balão da entrada faltava colocar guia, estava um relaxo lá, e que, infelizmente, a turma começava as coisas na Cidade e não terminava; disse, também, que naquela semana, o Hospital tinha tido um problema de pane, e ninguém conseguia marcar consulta e que todo mundo teve que voltar de novo para marcar consultas, a Diretoria do Hospital, ele não estava sabendo, ainda, das novas pessoas que assumiram, quem era a pessoa responsável, e que se manifestaram no Plenário, dizendo que estava sendo um a cada dia; disse, a seguir, da saudade que tinha do tempo do “Coronel”, que batia no peito e dizia: “Aqui, quem manda sou eu!”, porque hoje, todo mundo mandava na Cidade, mas ninguém assumia nada, “Ah, eu não sei, não estou sabendo de nada!”(sou o alarme do tempo), e ele disse que, enfim, precisavam de gente que mandava no Município, porque estava largado; a seguir, tomou a palavra o Sr. Edison

Cardoso de Sá que cumprimentou a todos mais uma vez, dizendo que queria fazer uso da palavra ali, e dizer o seguinte: primeiro, fazendo um comentário rápido, que para ele isso não tinha uma significância, porque no Município tinham pessoas que queriam ser candidatas a Vereador, e, ao invés de trabalhar pela população e para a população, partia ali de mentiras, calúnias e difamações, e que todo mundo sabia ali que ele tinha uma disputa sindical, hoje colocada, e que iria disputar as eleições no Sindicato, e que aqueles que faziam parte daquele jornalzinho, eles tinham que definir se ele era “ex sindicato”, e se ele não era “ex”, e se eles tivessem capacidade, que eles entrassem lá no portal do Sindicato, que eles iriam ver lá o nome dele enquanto diretor do Sindicato, e que se estavam incomodando a eles, era para ficarem sabendo que ele iria disputar a eleição no Sindicato e que tinha uma chapa formada para disputar a eleição do Sindicato, e que se isso incomodava a eles, eles iriam sair dessa porta para fora, mais incomodados, ainda, e disse, a todos, que ele não tinha medo, em nenhum momento, de investigação, e que sua vida era clara, transparente, e não tinha nenhum tipo de problema não; disse que outra coisa ele discordava, porque este negócio do estatutário, ele tinha votado contra à questão do requerimento, porque ele defendia que tinha que ter ali o plebiscito, e que o plebiscito tinha que acontecer, e que no ponto de vista que o nobre Colega falou, que o Sindicato não representava, e que era o seguinte, e que o sindicato representava todos os trabalhadores, independente deles serem sindicalizados ou não, e que ele tinha legitimidade para falar em nome dos todos, e se o Sindicato, a diretoria que estava lá, era compatível ou não era compatível, era pelego ou não era pelego, quem resolvia isso eram os servidores públicos, e que eles que eram donos do Sindicato, eles que tinham que tomar a rédea da situação, e que ele acreditava e defendia que tinha lisura, tinha que ter participação, tinha que ter democracia, e os servidores, dentro do plebiscito, que iria ser colocado, pudessem decidir aquilo que eles queriam, e que se eles queriam o Estatutário ou não queriam, e que todos eles que estavam ali, “não eram”, “estavam”; estavam Vereadores, estavam Prefeitos, e que um dia todos eles iriam passar, todos eles, ali, independente, e os valores, também, porque eles estavam ali, que os servidores que tomassem para si a responsabilidade de decidir, de decidir aquilo que eles queriam, e quem era ele para dizer se o estatutário era bom ou era ruim para eles, quem era ele para dizer, perguntou; disse que eles que tinham que decidir, porque a máquina pública eram eles que iriam conduzir, eram eles que iriam tocar o processo, e eles que pudessem lá, dentro do processo democrático, decidir aquilo que eles queriam, e que ele partir do pressuposto que tudo estava errado, porque ali

também era aquela visão: Hiroshima e Nagasaki, tudo estava errado, tudo estava fora de contexto, tudo estava fora de ordem, e os servidores, não tinham ali, a capacidade e o discernimento para poder escolher seus rumos, e que aí, também, era brincar com a inteligência das pessoas, e que achava que os servidores públicos eram capazes e inteligentes o possível para decidir o que eles queriam, e se não tivesse democracia, aí a coisa era diferente, e agora, a partir do pressuposto que tudo era sacanagem e que os servidores, e entre outras coisas disse que as coisas não eram muito dessa forma, não, e que primeiro era para ver como iria ser o processo, os servidores discutirem, e que achava que a Câmara, e que se tivesse um requerimento que a Câmara deveria participar, lá, para ver como iria ser a votação, ele votaria a favor, a Câmara estar lá, os Vereadores estarem lá participando, não teria nenhum tipo de problema, e que agora fazer o plebiscito, estavam ali partindo do pressuposto que o outro estava sendo desqualificado, e que isso para ele não tinha fundamento, e como ali sempre lutou, e sempre lutava, e continuaria lutando pelo direito dos trabalhadores e do povo, dizia o seguinte: se houvesse sacanagem, ali, o projeto, eles iriam ali ter que votar, e que eles iriam se posicionar, e se os servidores fossem contra, ele iria estar do lado dos servidores, e que era esta a questão, os servidores que tinham que discutir aquilo que queriam, e que neste processo, quem ganhava e quem perdia, existiam servidores que ele já tinha conversado com alguns, e que já tinha visto servidores a favor, também, e como já tinha conversado com servidores que foram contra; disse que a questão era que eles que tomassem para si a responsabilidade e discutissem o seu futuro; disse que em vários municípios que ele conhecia, como Campinas, e outros lugares aí, tinha estatutário, e disse que, enquanto Vereador, falando ali, ele não tinha o domínio para discutir esta questão até aquele momento, ele não tinha tido tempo hábil que o nobre Vereador Fred teve para pegar a questão e esmiuçar, e que eles teriam que fazer isso daí, e que discutisse, tivesse, que fazer inclusive, até os funcionários públicos aprovarem, porque o compromisso era que se o projeto não fosse aprovado, não viria nem para a Câmara, não viria para a Câmara, e se no caso, mesmo aprovando, viesse para a Câmara, tinham ali a possibilidade de discutir, fazer até a Audiência Pública para poder debater um pouco mais o projeto, e que ele partir do pressuposto seguinte, que as coisas tinham que ser feitas no processo democrático, e que ele acreditava no processo e acreditava no Governo que estava aí, e que seria dessa forma; a seguir, tomou a palavra o Sr. Fábio Augusto Pina que cumprimentou a todos, dizendo que ele gostaria muito que o plebiscito ocorresse nesta Casa, porque ela era a Casa de Leis, e que no hoje eles estavam, no amanhã não estariam, mas que era para

ficarem sabendo que os atos deles poderiam ficar ali para destruir uma cidade, como poderia crescer uma cidade, e que no amanhã poderia ninguém estar ali, podia morrer, podia acontecer um monte de coisa, podia não ser eleito, podia ser um monte de coisa, só que os atos deles permaneceriam, e que não era simples ali, chegarem e falar que no dia seguinte, eles não estariam mais ali, estava tudo errado, não estava tudo errado, e que o nobre Vereador mesmo tinha acabado de dizer que não conhecia o projeto, e por que iria deixar o Executivo fazer, por que não deixar vir na Casa para ela fazer? E perguntou se democracia era isso, tirar o direito da Casa de Leis de fazer um plebiscito? Bela democracia, exclamou; agradeceu ao voto; disse que tudo bem, tinham que respeitar, mas que pedia, também, e uma coisa o Vereador Edison falou e estava certo, os funcionários públicos tinham que se mobilizar, porque o plebiscito podia ser por cinco por cento dos eleitores da Cidade, e se tivesse cinco por cento e protocolar na Casa, o plebiscito era nela, e que não tinha que ser feito em Sindicato, que Sindicato tinha dez por cento de pessoas que exerciam cargo, e que o Presidente do Sindicato era remunerado, trabalhava só no Sindicato, e ficava recebendo, e que existia um monte de coisa por trás disso, e que o Governo do Município estava desde outubro sem depositar o Fundo de Garantia que era direito, e sabia-se lá se era ex sindicalista, se não era, era direito do ser humano, era direito de quem trabalhava dia a dia, e perguntou se estava de brincadeira; disse que era fácil dizer isso, e aí vinha jornal, e que ele estava cansado, era jornal de um lado, jornal do outro, e citou: “Gustavo Reis recebe selo de Prefeito empreendedor finalista em duas categorias”, de comprar no comércio local, exclamou; disse que estavam chamando a todos de “palhaço”, e que estavam de brincadeira com ele, não tinha como, e do lado do Serra, e era Serra ou era Dilma? Era Dilma ou era Serra? Disse que também ninguém sabia, e aí investiu na Cultura, e que era lógico que tinha investido na Cultura, sete mil reais em Araras, num bar noturno; o que ele ficou fazendo lá, perguntou; e que isso era investir? Era isso? Exclamou que era brincadeira essas coisas! Disse que não tinha jeito, não, e que o jornal que o Vereador tinha citado, por não ser pago, a Prefeitura não pagou, foi colocado no Serasa, no dia anterior, a Prefeitura do Município da Cidade; disse que dava vergonha o Correio Popular colocar Jaguariúna, e que se ele estivesse errado era só descer lá e pegar uma certidão, tirar, isso não tinha problema nenhum; disse que o que não podiam, era brincar com a vida das pessoas, chegar na Casa e dizer: “ah! Politicamente eu defendo ‘A’, politicamente eu defendo ‘B’”. Disse que ele defendia Jaguariúna, defendia os servidores públicos municipais, também, e que ele não estava ali para defender

partido, não estava ali para defender nada, não queria saber quem iria ser candidato, quem não iria ser candidato, se iria ser eleito, se não iria ser eleito, mas o que importava para eles era o hoje; entre outras coisas disse que tinham que continuar, mas tinham que dar a chance de participar e que eles foram eleitos para representar a população; o Executivo foi? Foi, junto com o Legislativo, e perguntou o que eles estavam fazendo ali; não tinha conhecimento do projeto, o outro não tinha conhecimento não sabia do quê, e chegava ali e diziam: “ a maioria quis!” Disse que estava bom, mas que era para debater, discutir, e por que aos quarenta e seis do segundo tempo um projeto desses, perguntou; por que tinha que votar até o dia quinze? Disse ao Sr. Presidente que ele tinha muita responsabilidade neste projeto, era projeto de lei complementar, e só ele poderia por na pauta, porque não estava em recesso para o Prefeito convocar, não podia fazer sessão extraordinária, e que só ele, o Presidente, podia; disse esperar que o Presidente como servidor público municipal, e filho da Cidade, e o Vereador retificou que o Presidente era servidor estadual, lhe desse a chance de fazer tal plebiscito e discutir com os servidores municipais, e que era o que ele esperava, e que era o mínimo que a Casa deveria fazer, era o mínimo, repetiu; a seguir, comentou que a respeito do “Coronel”, não era questão de coronelismo, era de fazer, de ter a responsabilidade, de dizer “a responsabilidade é minha”, e disse de verem, naquele final de semana, quantos Secretários eram candidatos, quantos, e quem iriam ser os Secretários que iriam assumir, e será que ele estava pensando nisso, perguntou, porque nem a situação do Hospital, de quem estava responsável lá, não resolveu; quem era o Secretário de Segurança na Cidade, hoje? Perguntou se alguém sabia lhe dizer; de Meio Ambiente? E entre outras coisas disse que eles tinham ganhado um prêmio; “Meu Deus”, exclamou, e jogavam esgoto em natura no rio, e ganhava o prêmio, e também, estes prêmios... estavam de brincadeira! Disse que era o que tinha a dizer, e que esperava com toda a sinceridade, que a Casa participasse desse processo, independente de política, independente de qualquer coisa, tinha que ver se era bom para os servidores municipais, e se era bom para os munícipes, também, porque se nem a Previdência, hoje, aguentava, será que o Município aguentaria? Disse que tinham que estudar, mas estudar junto com a população, e os servidores, não só os servidores, e desejou boa noite; houve manifestações na assembleia; a seguir, tomou a palavra a Vereadora Karina Valéria Rodrigues que desejou boa noite à todos e disse que, em primeiro lugar ela esperava que o Presidente tivesse plena autonomia para tomar a decisão, apesar das pressões políticas que ele poderia enfrentar nos próximos dias e que ele conseguisse tomar a decisão;

ela voltava a repetir que, talvez, foi uma das presidências de Câmara mais turbulentas da história da Cidade; ela, em primeiro lugar, disse ao Vereador Alfredo Chiavegato Neto e que deixaria muito claro, ela votou contra o plebiscito por duas questões, uma porque ela achava que não deveria existir o plebiscito, como achava também, que não seria o ano indicado para mudança nenhuma, ela, particularmente achava que aquele projeto deveria ser abortado, não era o ano ideal, não era a época ideal e não era o momento ideal para discutir uma discussão daquela, por quê? Porque ela achava que a Cidade, apesar de ser nova, tinha pouco mais de meio século, ainda uma Cidade nova, era uma mudança muito drástica e, naquele ano era um ano eleitoral um ano onde as eleições já tinha começado muito cedo, era vergonhoso e ela já passou por aquilo, tempo atrás, com exposição ridícula de certos jornalistas que estava fazendo com as pessoas na Cidade, independente do grupo A, B, C e D, o respeito tinha acabado, o respeito tinha acabado de todos os lados, sem esquecer que todo mundo tinha filhos, netos, mulher, esposo, família, então, eles estavam adiantando uma eleição a todo custo e que a desculpasse, as duas partes estavam erradas, porque se continuasse daquela forma, uma terceira via poderia se candidatar e ganhar as eleições na Cidade, porque o povo estava ficando tão cansado, a pessoa ia comer um pastel na feira no sábado, pagava o pastel do que iria reciclar de jornais, recebia um jornal, outro jornal e outro e tanta informação, tanta baixaria, tanta coisa sem respeito, era dos dois lados, ela não estava defendendo o lado, ela achava que aquele não era o caminho; então, ela disse ao Vereador Alfredo Chiavegato Neto que por mais que ela não concordasse com a presidência do Sindicato, ele era legítimo, teve uma eleição, existia um sindicato e deveria ser, só que todo mundo tinha falado na tribuna sobre estatutário, celetista mas ela não ouviu falar do aumento dos servidores que seria de cinco por cento, repetiu, de cinco por cento; disse que ali tinha tantas coisas, tantas informações que eles estavam esquecendo não, talvez, mas o tempo era curto, de que dariam um aumento para o funcionário quase de cinco por cento e eles, por consequência, as funcionárias da Casa um aumento também, de cinco por cento, ela achava que estavam num momento delicado, ela concordava com o Fábio Augusto Pina naquele ponto que as decisões deles lá, por mais que fosse um ano político, deveriam ser racionais, eles iriam decidir nos próximos dias questões da Cidade, aumento de funcionários, celetistas, estatutários, o ônibus, não sabia mais o que, era muito complicado, o futuro daquelas pessoas dependia, então, realmente, e ela voltava a repetir, a preocupava demais, na segunda-feira quando a Cidade acordasse, quem seria o Secretário de Assistência Social? Quem seria o Secretário de Educação?

Secretário de Governo, do Trabalho de Desenvolvimento Econômico? Iriam sair, exonerar mais de oito secretários até o dia sete e aquilo ela havia conversado com o Edison Cardoso de Sá naquele dia, se eles que eram Vereadores não sabiam, como a população na segunda-feira iria conseguir se locomover até uma secretaria sem saber quem era o Secretário, porque na segunda-feira, disse ao nobres colegas, senhoras e senhores, metade do secretariado do Município estariam exonerados; algumas pastas não fizeram nada durante três anos e se exonerassem não fariam falta nenhuma, mas tinha pastas como a Assistência Social, a Rita fazia um belíssimo trabalho, Segurança, eles precisavam ter um líder da tropa, existia uma tropa, ela não sabia se a palavra era tropa, ela não sabia, mas tinha um soldado que teria que fazer escala, o Secretário iria se exonerar, o Trabalho iria exonerar, o Desenvolvimento Econômico iria se exonerar, também, não iria fazer falta, porque não tinha feito nada durante três anos, não iria fazer nos últimos seis meses, aquela Secretaria tinha trazido somente uma empresa tendo ela como Secretária, depois daquilo só se dedicaram a fazer fofoca no nome dela, aquilo era um cabide de emprego e que, naquele momento, ela poderia falar, disse ao doutor Airton Braulino Jorge, porque já a denunciaram no Fantástico e que, no momento, ela poderia falar porque fato era, que a Secretaria de Desenvolvimento tinha feito coisas, pagou o alojamento no Hotel Duas Marias para o povo da Globo, o senhor Álvaro e o Orlando pagaram e ficaram com os “caras” da Globo durante uma semana, então alguma coisa eles fizeram; disse que ela achava que eles tinham que se preocupar com as coisas mais pontuais, também, quem seria o líder da Secretaria da Assistência Social na segunda-feira, quem seria o Secretário de Segurança na segunda-feira; estavam com um índice absurdo de violência na Cidade, de assaltos, roubos, quem seria o Secretário de Trabalho na segunda-feira, quem seria o Secretário de Governo, quem seria o Secretário de Educação, de um lado aquilo era muito bom por quê? Disse que era para dizer de passagem, eles iriam economizar porque não teria secretário e teria menos oito, nove mil reais a menos daquelas pessoas, oito secretários era oitenta mil reais por mês, fundo de garantia, INSS, décimo terceiro daria uns cem mil reais por mês; então, ela achava, disse ao Vereador Alfredo Chiavegato Neto e ela esperava, disse ao Presidente, que o Governo cumprisse a palavra do plebiscito no dia dez, onze, doze, após Páscoa e ela achava que deveria ser entregue mediante assinatura, uma convocação para votar todos os funcionários concursados para que todos soubessem a hora, local e que se desse várias opções e horários, porque se colocasse um horário e o “nego” estivesse trabalhando não iria querer votar, então, teria que ser um, dois

dias; havendo manifestação, ela disse se entendesse, ela achava uma pergunta e naquele ponto ela falou para o Prefeito, falou para o líder e falava, se nem eles tiveram uma palestra para saber o que era melhor, não se tratava de um projeto de lei entender ou não, ninguém explicou para eles se as coisas eram ruins ou boas, eram em nove e ninguém explicou e as bases eleitorais deles, os funcionários paravam na rua e perguntavam e diziam que não sabiam quando iria começar aquele Regime se mudasse, era no ano vindouro? Naquele ano? Imediatamente depois de promulgar a lei? Disse que eram muitas questões que eles não sabiam mas, em torno daquilo, disse ao Presidente, a Cidade não parava; segunda-feira teria que ter Segurança, Educação que, por sinal, os uniformes vieram pela metade, tinha vindo a parte de cima, a parte de baixo ainda não tinha vindo, foi uma licitação meio, aquelas coisas que ela queria entender; então, a preocupação dela era aquela, segunda-feira o Município iria ficar, ao menos, pelo menos sem oito Secretários, o que mostrava, pior; naquele momento a Vereadora Karina Valéria Rodrigues pediu ao Presidente que desse a ela mais trinta segundos a mais; chegava uma dúvida a ela, talvez burra, será que os Secretários trabalharam para serem candidatos ou para o Governo? Pois se tantas pessoas eram candidatas, sendo Secretários, eles trabalharam para serem candidatos ou trabalharam para o Governo, para melhorar a Cidade? Porque pelo que ela se lembrava, talvez ela não tivesse tanta história, nunca aconteceu o afastamento de oito, nove, dez Secretários para serem candidatos e naquele ano teriam oito, nove Secretários candidatos; então, era uma preocupação muito grande sobre o comando da Cidade e voltava a repetir, a influência que eles tiveram na secretaria era para conseguir voto, porque senão as secretarias começavam a ser um cabide de votos; só reiterando aquilo, ela queria deixar registrado que, mal a recordava, tinha pessoas mais experientes, mais velhas que ela, era a primeira vez na Cidade que quase cinquenta por cento do secretariado se afastava para ser candidato a alguma coisa, ela falava alguma coisa porque a quantidade que tinha de Vice na Cidade, era uma coisa de louco, todo mundo era Vice, todo mundo era Vice, “eu sou candidato a Vice”, deveria ter uma chapa de Vice cada Prefeito, mas tudo bem, a questão era aquela; finalizando, ela deixou registrado, até se alguém tivesse dados mais concretos, era a primeira vez na história da Cidade que quase cinquenta por cento do Secretariado abandonava, exonerava do cargo deles, das funções para ser candidato, o que mostrava o envolvimento político, partidário muito grande dos gestores da Cidade, aquilo, no mínimo, era preocupante para o bom funcionamento da Cidade; a seguir, tomou a palavra a Vereadora Maria Nalva Vieira Gama que desejou boa noite à todos os presentes e disse que gostaria de

justificar o voto dela contrário a indicação do Vereador Alfredo Chiavegato Neto, e que o voto dela não foi contra o plebiscito até porque o sindicato estaria realizando uma assembleia naquela semana para os trabalhadores e também teria o plebiscito, ela nunca foi contra os trabalhadores ela achava que eles que conheciam o Sindicato dos Químicos o qual ela representava, uma das melhores convenções coletivas era deles, onde garantia várias cláusulas mas, ela queria lá refrescar a memória um pouco, as pessoas, às vezes se esqueciam, prova de que ela nunca foi contra o servidor público, foi o abono do ano passado, quem se lembrava do abono do ano passado? Alguém se lembrava? Disse que ela e a Vereadora Karina Valéria Rodrigues foram aplaudidas lá fora pelos funcionários públicos; quem votou contra ao abono? Elas queriam o reajuste salarial, o nobre Vereador Fábio Augusto Pina votou contra o abono, votou a favor ao abono; era discutível em relação àquilo, vinha e fazia um discurso bonito, lindo era muito bom, ela foi contra porque ela queria um reajuste salarial ano passado, ela não queria um abono e o nobre Vereador votou a favor do abono; ela achava que era assim, um ano político onde todo mundo queria comer o fígado de todo mundo para ganhar as eleições, e que a verdade era aquela, teria mais candidato na Cidade que eleitor; daqui a pouco estariam com as facas no bolso para ameaçar os eleitores para votar, daqui a pouco estaria acontecendo aquilo, infelizmente, era aquilo que estava acontecendo; agora em relação ao Sindicato a postura dela era respeitar o Sindicato, porque tudo na vida das pessoas, independente, de ser político, não era porque era político que tinha que generalizar que todo mundo era sem vergonha e não prestava, existia pilantra em todo o lugar, gente que não prestava dentro do sindicato, na política, como na área médica, em todas as áreas, agora, generalizar que o Sindicato era pelego era generalizar; disse ao Vereador Alfredo Chiavegato Neto que dizer que todos que estavam dentro do Sindicato eram ladrões, que todos que estavam dentro do Sindicato era incompetentes, teve a eleição do Sindicato dos Servidores Públicos teve em torno de três ou quatro chapas e aquela chapa que estava lá foi eleita, se ela foi eleita teria que ser respeitada, o servidor público teve a chance de escolher quem iria representar ou não, agora chegar lá e dizer que todos os representantes do Sindicato que estavam lá dentro eram ladrões, ela não tinha prova, porque quando se chamava de pelego, pelego era quando o Sindicato se vendia para o patrão, ela achava que era uma grande injustiça, aquela questão de chamar de pelego era porque a “pelegagem” queria dizer o movimento sindical, era aquele sindicalista que não fazia nada, ficava na moita, negociava uma coisa meio de leve, não fazia nada, ela não poderia falar aquilo, era uma questão que precisava começar a pautar palavras,

respeitar um pouco as pessoas, ela não poderia falar; disse ao Vereador Alfredo Chiavegato Neto que todo mundo do ramo imobiliário era ladrão, que todo mundo do ramo imobiliário usava de má fé para se beneficiar como teve o caso da Hidrax, por exemplo, que o Tarcisio foi acusado por coisas e ele foi lá se defendeu e disse que não era verdade, que aquilo era mentira, que foi uma injustiça, uma calúnia e difamação; se começasse a partir do seguinte ponto de que tudo que se falasse das pessoas era verdade, então, era para começar a pesar na balança, também; o voto dela em relação ao plebiscito, naquele momento, era em respeito ao Sindicato, não importava se era A, B, C ou D, fazia ou não a função; em relação ao Sindicato iria ter uma assembleia com os trabalhadores em relação ao reajuste dos servidores; disse, ainda, que o trabalhador tinha força, se ele quisesse lutar para uma paralisação, se quisesse lutar pelos direitos deles, ele tinha força, tinha força para aquilo e o sindicato, a chapa que estava lá no momento foi eleita, teve de três a quatro chapas que teve a votação a Rita estava lá e que ela lembrava muito bem as chapas que foram disputadas e tudo mais, e que aquela chapa foi eleita, então ela tinha que respeitar porque ela tinha ética, ela tinha que respeitar o sindicato, teria uma assembleia para discutir sobre reajuste salarial para saber se o trabalhador aprovava ou não, ela estava em campanha salarial do farmacêutico, esteve na porta da Nycomed semana passada, parou todos os funcionários, a proposta do patrão era de cinco por cento e eles falaram não, ela voltou para a bancada para negociação do setor farmacêutico e teve discussão, a proposta tinha aumentado para sete vírgula meio por cento, fora abono, remédio gratuito, fora outros benefícios; então, caiba ao trabalhador discutir, não só contra o abono, porque teria um reajuste salarial, era um reajuste salarial mais um abono, era naquela questão, que ela queria colocar o voto dela porque era fácil se fazer política em cima das pessoas, mas era para fazer política em cima da realidade, da verdade, sem ofender às pessoas, sem denegrir a imagem das pessoas inocentes que, muitas vezes, não estavam lá para se defenderem; agradeceu e desejou boa noite; a seguir, tomou a palavra o Vereador Antonio Maurício Cordeiro Hossri que desejou boa noite à todos e disse que estavam na Semana Santa e dali para frente toda semana deveria ser Santa porque de Santo lá não tinha mais nada ele achava que deveriam ser abençoados e acima de tudo ele parabenizou o doutor Airton Braulino Jorge pelo aniversário no dia seguinte, que Deus desse muita saúde e felicidades à todos; disse também, que poderiam ter a certeza como ele foi questionado em relação a posição dele sobre o plano do estatutário para CLT que não era nenhum fantasma a mais do que os fantasmas que já tiveram na Casa que dia a dia, ele vinha aprendendo muito e que estava sendo um

aprendizado e muito para ele e para a pessoa dele; disse que era para ter a certeza, o Vereador Fábio Augusto Pina e colegas Vereadores, que a consciência dele iria fazer a coisa certa e acima de tudo ele faria algumas perguntas se aquele plebiscito era facultativo ou todo mundo era obrigado a votar? Somente o pessoal associado do sindicato? Quais os setores? Se o setor A for favorável e o setor B não for favorável era uma somatória total? Havendo manifestação, ele disse que era ali que estava, eram detalhes que eles teriam que saber, eram detalhes que faziam a consciência dele ter a certeza daquilo, antes de colocar em prática, poderia ter a certeza que fariam a coisa certa; disse, ainda, que estava preocupado com relação à segurança da Cidade mais uma vez, que agora estava sem Secretário, os homicídios que estavam tendo na Cidade e mais um na semana que tinha passado e, como professor ele estava preocupado e fez até um requerimento em relação à ronda escolar nas escolas que não estavam existindo mais; como professor da Escola Anna Calvo ele foi surpreendido outro dia com um aluno que estava faltando e muito, um aluno problemático na escola dele, e que foram dar satisfação porque o aluno estava faltando e que aquele aluno estava preso sendo um dos suspeitos da morte da doutora, então, aquilo preocupava muito em relação aquilo que estava acontecendo dentro daquela escola, agora mais sem a ronda escolar, ele estava preocupado porque eram alunos de quinze a dezesseis anos suspeitos do que aconteceu, aquela tragédia semanas atrás na Cidade; então, ficava lá aquele requerimento, desejou à todos uma Feliz Páscoa e que todos fossem abençoados; desejou boa noite à todos. Terminado o Expediente, o Sr. Presidente suspendeu a sessão por 15 (quinze) minutos, conforme determinava o Art. 149, Parágrafo Único, do Regimento Interno. Terminado o prazo concedido, o Sr. Presidente reabriu a Sessão determinando a feitura da chamada, onde foi anotada a presença dos seguintes Srs. Vereadores: Airton Braulino Jorge, Alfredo Chiavegato Neto, Antonio Mauricio Cordeiro Hossri, Edison Cardoso de Sá, Fábio Augusto Pina, Karina Valéria Rodrigues, Maria Nalva Vieira Gama, Rainero Venturini e Rubens das Virgens. Encontrava-se em licença de Vereador, conforme o Art. 311, V, do Regimento Interno, combinado com o Art. 22, II, “a” da Lei Orgânica do Município, a Senhora Rita de Cássia Siste Bergamasco. Constatado número regimental, o Sr. Presidente deu início à Ordem do Dia: Em Primeira Discussão foi apreciado o Projeto de Lei Complementar nº 006/2012 do Executivo Municipal, que substitui o Anexo Único da Lei Complementar nº 206/2012, que versa sobre o quadro de servidores da Prefeitura, e dá outras providências. (Quorum de deliberação: maioria absoluta: Art. 50, § 1º, III cc Art. 42 da LOM). Primeiramente, foi

feita leitura do Parecer Conjunto das Comissões Permanentes de Constituição, Justiça e Redação e de Orçamento, Finanças e Contabilidade. Em Discussão e votação, foi o referido projeto aprovado por unanimidade de votos. Terminada a Ordem do Dia, o Sr. Presidente deu início à Explicação Pessoal dos Senhores Vereadores, que se manifestariam sobre atitudes pessoais assumidas durante a Sessão ou no exercício do mandato (Art. 168, R.I.): pela ordem, tomou a palavra o Vereador Alfredo Chiavegato Neto que desejou boa noite à todos e que gostaria somente de voltar ao assunto do funcionalismo e dizer a Vereadora Maria Nalva Vieira Gama que ele não falou, o relacionamento que ela falou do sindicato pelego, ele concordava com uma parte, não que era ladrão todo mundo, aquilo ele não falou de forma alguma, falou, sim, que era pelego, mas não com o sinônimo de ladrão e que, realmente, não estavam brigando a favor do funcionário, haja visto ano passado, ele já havia participado em algumas discussões com outros sindicatos que brigavam muito mais, poderiam até não ser atendidos mas, pelo menos não ficava na mão do Prefeito e concordava com tudo aquilo que era ofertado no momento por parte do Executivo; voltando a falar com relação ao plebiscito que não foi aceito, entre outras coisas, disse para que eles pudessem conduzir o processo não que a Câmara poderia fazer mas, pelo menos pudesse opinar para que aquele plebiscito acontecesse como ele achava que todo mundo esperava, que todos os funcionários votassem, todos votassem, que a pergunta feita na cédula de votação que, provavelmente, teria uma cédula de votação, fosse uma pergunta clara que não induzisse a pessoa ao erro, enfim, que, realmente, pudessem participar do processo, aquela era a forma mais importante que ele via da Câmara poder participar, haja visto, que a discussão do aumento dos servidores para aquele ano que era para ter acontecido em março e não aconteceu, queria dizer, aquele recurso era para estar na conta dos servidores a partir do holerit daquele mês e não estava, iria ser a partir daquele ano, daquele mês, se a proposta viesse e fosse aceita pelo sindicato, ele acreditava que o Sindicato iria aceitar a proposta, não iria brigar por mais nada, porque pelo jeito, ele não sabia, ele queria que o Sindicato expusesse a vontade dele, eles não participaram, não sabiam de nada, era duro, era para discutir, realmente, era aquilo que tinha que acontecer, não tinha discussão, vinha um negócio já tudo armado na Casa e ali era sim, sim, não, não; não era possível um negócio daquele, quanto que eles pediram para participar da discussão junto ao Executivo para saber a questão do aumento do funcionalismo, alguém tinha sido convidado? Ninguém foi convidado, não era possível uma coisa daquelas, ele voltava a dizer, ele esteve presente na reunião e tinha certeza que ninguém da Câmara foi convidado; ele viu o Edison

Cardoso de Sá, mas ele tinha um compromisso e foi embora logo da reunião; naquele momento o Vereador Alfredo Chiavegato Neto disse ao Vereador Edison Cardoso de Sá que ele tinha visto o Vereador lá, ele estava escondido atrás da cortina, mas o Vereador Edison Cardoso de Sá tinha visto o Vereador Alfredo Chiavegato Neto lá, o Prefeito passou por ele mas, infelizmente, nem o convidou para fazer parte do Plenário, para discutir aquele projeto, mas ele estava lá escutando, ele como Vereador estava lá escutando; havendo manifestação, ele disse que estava atrás da cortina da entrada do teatro e sabiam que ele estava lá, estava ele com o Zé, o grande assessor dele, o Zé Preto, eles estavam lá discutindo o processo; então, ele voltava a dizer o seguinte, em nenhum momento falaram para ele “Ô Fred! Sai do anonimato e vem pra cima, vem discutir”; havendo manifestação, ele disse que era lógico, ele pensava naquilo, também, se não era convidado, a questão era que ele não era bem vindo; ele achava que muito foi dito e, muito bem dito pelo Fabinho, que o processo, eles não estavam falando de um mandato ou de um Governo ou de uma situação ou oposição, estavam falando de vida de pessoas que,, realmente, dependia do município e, principalmente, dos salários e tinha garantias que independia de chefes, independia de questionários, estavam garantidos, a cada cinco anos tinha dez por cento de aumento no salário, tinha a cesta parte, o fundo de garantia, estavam falando de mudar tudo isso e iria ser mudado, o que acontecia era o seguinte: iria ser criada uma tabela e quem tinha o salário próximo daquela tabela, iria ser enquadrado naquela tabela e lá ficaria congelado por três anos, ninguém teria mais, eles estavam falando que iria garantir dez por cento, falaram que iria garantir uns dez por cento de aumento a cada cinco anos que era o que era no momento, que seria mantido mas, não falava aquilo na lei, o que falava sim, era que teria aquele aumento a cada três anos, trinta por cento dos funcionários, através das avaliações deles e seriam beneficiados, os primeiros trinta por cento, a cada três anos, enfim, e quem tinha quatro anos de serviço e o ano que viria teria cinco que poderia aumentar, acrescentar mais dez por cento no salário? Disse que não foi discutida aquela questão, onde ele seria encaixado? Então aquelas pessoas, foi falado muito em título, quem tinha título iria subir verticalmente, quem tinha título, um curso técnico, tinha isso ou aquilo, mas a grande maioria dos funcionários não tinha aquele título, não tinha, eram pessoas que estavam numa situação que não tinha oportunidade para estudar ou não tiveram oportunidade para crescer ou ter algo mais, estava certo que iria criar aquela oportunidade; havendo manifestação, o Vereador Alfredo Chiavegato Neto disse que eles não tinham técnicos, possibilidades de crescerem verticalmente, curso superior, era aquilo que daria

oportunidade, só quem realmente estaria disposto a pagar uma faculdade ou prestar um curso para crescer no sentido vertical, a grande maioria não tinha aquela vocação, tinha pessoas que ficavam no anonimato, não gostavam nem de se expressar, tinha vergonha, tinha que respeitar e no momento aquelas pessoas, independentemente de serem avaliadas pelo chefe, eles tinham o aumento garantido no salário a cada cinco anos, de dez por cento; então, eram pessoas que tinha que verificar que não seriam beneficiadas, ele voltava a dizer, a discussão era muito longa àquele respeito, a preocupação maior dele, disse aos companheiros, era o projeto chegar dia sete, no dia dez da semana que viria, e no dia dezessete teria que votar, a Prefeitura estava discutindo com os funcionários fazia quanto tempo? Disse que ele achava que era desde o ano passado e tinham que discutir aquilo em uma semana? Comentou que alguns já disseram que não tinha conhecimento do projeto mesmo porque, disseram que iriam disponibilizar na internet, naquela reunião que ele participou dia vinte e cinco, vinte e seis, disse que o projeto estaria na internet, já estava? Alguém sabia dizer? Havendo manifestação, ele disse que sabia daquilo e estava dando até brecha e falando que a lei era complementar, poderia ser que mandasse um projeto de lei, nem complementar seria, para que pudesse votar em regime de urgência, tudo poderia acontecer naquela Casa, não era verdade? Então, ele sabia da responsabilidade do Maurício com relação àquele processo, eram duas votações, um projeto de lei complementar não votava em uma vez só, eram em duas, então, para que discutir aquilo naquele momento que, realmente, era um momento eleitoral, porque não deixava para o próximo Governo, que fosse uma bandeira de Governo no momento, que fosse uma bandeira de campanha, que cada um tomasse o lado dele ou todo mundo falar que teria que ser estatutário e ai? Mas, não votar aquilo em uma semana, era aquela a preocupação dele, ele não estava falando, ele sabia que tinha pessoas favoráveis e pessoas contrárias, poderia ser que tudo que ele estava falando lá, também, e no plebiscito falava que todo mundo queria o estatutário e ele lá era o contrário; disse que o interessante era que, todo mundo, porque da outra vez que foi feito o projeto em mil novecentos e noventa, que de acordo com a Constituição Federal, falaram que teria que ser um regime único, em mil novecentos e noventa, todos os funcionários optaram por um ou por outro, alguns ficaram no estatutário, a grande maioria tinha migrado para o celetista, alguns ficaram, ninguém foi imposto a ir embora para outro regime, era aquilo que ele estava querendo prever e ter aquela garantia aos funcionários, porque não começava o processo dali para frente? Disse que os primeiros funcionários que entrassem criariam um fundo e tornaria tudo estatutário, por que aqueles? Ele não sabia, ou se fosse

bom daqui tantos anos quem quisesse migrasse, era uma forma de estar discutindo melhor o processo, ele voltava a dizer, ele falou para o Gustavo, ainda: “Gustavo, a sua preocupação é ter um plano de carreira, por que não implanta um plano de carreira na forma celetista?” Ele respondeu: “ah! não dá”; disse que era lógico que não dava, iria ter perdas e ganhos, ele tinha certeza que, naquele momento, para o funcionalismo com o estatutário implantado era muito mais perdas do que ganhos, era certeza daquilo, a não ser que ele estivesse muito enganado, ele poderia dizer, ele participou e o técnico foi bem claro, falou em letras garrafais, se tivesse dinheiro para dar aumento para o funcionário, teriam aumento, se não tivesse não iria ter, no momento estava garantido na Lei Orgânica, era prioridade dar aumento aos funcionários pela inflação, tinha que dar, ano passado passou batido, deram só o abono, mas se pegar a Lei Orgânica era obrigado a dar o aumento pelos índices inflacionários que no momento era o INPC e antigamente era o IGPM, mudou até o índice, no momento o índice do INPC era maior que o índice do IGPM, então, ele voltava a dizer, era preciso discutir e saber o que estava sendo votado, era só aquilo a preocupação dele, e não era em sete dias que eles iriam discutir aquilo, era preciso entrar na Casa, discutir, fazer uma audiência pública, chamar o técnico, chamar alguns seguimentos da sociedade dos funcionários; foram feitas várias apresentações, tinha uma tabela para os professores e uma tabela para os guardas municipais e tinha uma tabela para o restante do funcionalismo, pelo menos foi o que foi dito lá; então, eles precisavam ver tudo aquilo lá, teve “N” situações lá que no projeto tinha erros de grafia, projeto que estava sendo apresentado lá; havendo manifestação, ele disse que era a explanação que foi feita, disse, ainda, que no dia, ele não se lembrava o dia que ele foi lá, ele achava que foi terça-feira, antes do dia trinta que foi numa sexta-feira, falaram que no outro dia estaria disponibilizado na internet a minuta do projeto de lei; naquele momento o Vereador Antonio Maurício Cordeiro Hossri informou o Vereador Alfredo Chiavegato Neto que havia encerrado o tempo; dando continuidade o Vereador Alfredo Chiavegato Neto pediu desculpas e queria só colaborar naquele sentido de poder discutir o projeto, era só aquilo, e não ser uma coisa rápida e ser cinco a três de novo, era só isso. A seguir, tomariam a palavra os Srs. Maria Nalva Vieira Gama, Karina Valéria Rodrigues e Edison Cardoso de Sá, que a passaram. Terminada a Explicação Pessoal, o Sr. Presidente encerrou a Sessão, convocando a próxima Sessão Ordinária para o dia dez de abril de dois mil e doze, terça-feira, com início determinado para às dezenove e trinta e horas, dando início, a seguir, à Tribuna Livre. Nada mais

havendo a tratar, lavrei a presente ata que, lida e achada conforme, vai devidamente assinada.

Vereador Antonio Mauricio Cordeiro Hossri
Presidente

Vereador Fábio Augusto Pina
Vice-Presidente

Vereador Rubens das Virgens
Primeiro Secretário

Vereador Alfredo Chiavegato Neto
Segundo Secretário



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

CERTIDÃO

Certifico e dou fé, que a Ata da Sessão acima encontra-se devidamente assinada pela Mesa Diretora do biênio a que se refere, registrada em livro próprio e arquivada na Secretaria Legislativa desta Câmara Municipal.

Câmara Municipal de Jaguariúna, 29 de agosto de 2019

VEREADOR WALTER LUÍS TOZZI DE CAMARGO
Presidente da Câmara

